

O comportamento do trabalho informal no Brasil no período neoliberal

Cleidianne Novais Sousa¹

Resumo

O desenvolvimento dessa pesquisa parte da construção conceitual acerca do fenômeno da informalidade, tratado aqui não apenas como resultado direto da fragmentação e heterogeneidade que incidem sobre o mundo do trabalho atual, mas, principalmente, como fruto das incoerências presentes no seio do sistema capitalista, do novo padrão de acumulação flexível. Diante da complexidade das atividades informais, arquiteta-se a discussão teórica pelo confronto das diferentes abordagens existentes, momento em que o importante é que se destaque que as interpretações que tomam a rigidez dos salários, a interferência de sindicatos e governo, a elevada carga tributária, a flexibilização das leis trabalhistas e tantas outras explicações de cunho liberal como causas para o aumento da informalidade tornam-se descabidas, ao passo que a manifestação de atividades informais é causa direta das próprias incoerências do sistema capitalista. Assim definido, segue-se um estudo empírico do comportamento do trabalho informal no mercado de trabalho brasileiro, no período pós-1980, no sentido de capturar evidências da forte relação entre trabalho informal e a acumulação flexível. Busca-se demonstrar que assim como a dinâmica do desemprego acompanha o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho informal também avança com este e, indo mais além, que o Trabalho Informal comporta-se como um novo meio eficaz na extração de mais-valia.

Palavras chaves: trabalho informal, mercado de trabalho brasileiro, acumulação flexível.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal do Pará.

I - Introdução

A idéia de trabalho informal não deve mais corresponder apenas ao trabalho de baixa qualidade e de subsistência, representado por pouca ou nenhuma qualificação do trabalhador - a velha informalidade. Este tipo de trabalho flexível tem de ser enxergado como o receptáculo mais diversos tipos de trabalho não formal, já que vem se observando um crescimento, no total de ocupações, dos trabalhadores por conta própria, categoria que compreende desde o ambulante, com baixa qualificação e baixo nível de rendimento, até o profissional liberal, com elevado grau de qualificação e alto rendimento - a nova informalidade.

Na era da acumulação flexível, o trabalho informal se constitui numa estratégia funcional ao capital, ou seja, está vinculado à produção capitalista, atendendo às suas necessidades de redução dos custos variáveis de produção através, distanciando-o da obrigação de arcar com os custos sociais do emprego. A expansão da informalidade das relações de trabalho e de produção do capital cumpre papel fundamental no processo de flexibilização das condições de produção, sobretudo da força de trabalho. Existe alguma forma de trabalho mais flexível que o trabalho informal?

Além desta introdução, compõem este trabalho a seção II que trata do debate teórico acerca da informalidade, segmentada pela abordagem hegemônica, de inclinação neoliberal guiada pelo concepção legalista de informalidade, e pela vertente marxista, que vê este como resultado do própria acumulação capitalista. Na seção III, trata-se de contextualizar a informalidade no padrão de acumulação flexível, além de estabelecer a relação entre esta e a superpopulação relativa. Na seção IV, faz-se a análise do comportamento do trabalho informal no Mercado de trabalho brasileiro no período neoliberal e, por fim, na Seção V, coloca-se as considerações finais deste estudo.

II - Discussão teórica sobre a informalidade

Por abrigar diversas formas de trabalho autônomo, precário, de subemprego e de baixa ou nenhuma remuneração, isto é, fazer alusão a fenômenos demasiadamente diversos no mundo do trabalho, a economia informal vem sendo estudada, nos últimos 30 anos, por diferentes vertentes teóricas, ora examinada pela economia do trabalho, tratando de questões relacionadas à informalização do mercado de trabalho e das relações de trabalho, ora pela sociologia do trabalho, focando as mudanças processadas pela informalidade nas relações entre os grupos e as classes que participam da produção; assim sendo, existem diferentes linhas de pensamento e de discussão da economia informal. Nesse

sentido, a colocação de Tavares é bem precisa, ao afirmar que é possível "dizer a respeito do 'setor informal' que é mais fácil descrevê-lo do que tentar defini-lo" (2004: 33).

Noronha classifica, basicamente, três tipos de realidades designadas como trabalho informal: i) a “velha” informalidade, que consiste no subemprego, caracterizado pelo trabalho precário e mal remunerado, que, no Brasil, descreve uma situação de subdesenvolvimento crônico onde há a fragmentação das relações de trabalho, tema muito estudado pelos desenvolvimentistas; ii) a informalidade jurídica, ou trabalho não pautado pela carteira de trabalho assinada, que está relacionada a uma exigência feita pelas empresas aos funcionários tendo em conta a maximização dos lucros e a diminuição do peso dos custos trabalhistas, ou até mesmo para poder permanecer como atividade econômica minimamente rentável, logo, trata-se do descumprimento da lei enquanto forma de regulamentação das relações de trabalho; e iii) a informalidade pós-fordista, que surge a partir da globalização da economia mundial e da utilização de novas tecnologias e de processos de produção mais modernos; daqui, extrai-se a concepção de flexibilização do trabalho adequada às novas necessidades do período neoliberal da economia capitalista (apud Estenssoro, 2006:9-10).

A visão hegemônica

A terminologia economia informal é empregada para representar múltiplos fenômenos, por exemplo: "evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc" (Cacciamali, 2000). Portanto, é capaz de abordar diferentes formas de inserção no setor informal, gerando grandes controvérsias provenientes da inexistência de um consenso sobre a sua definição. Para muitos autores, essa terminologia é adequada para caracterizar aqueles

[...] proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde as relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como cumprimento das regras legais' (TOKMAN e SOUZA, apud CACCIAMALI, 2000: 153).

O marco conceitual do setor informal remonta à década de 1970 e passa a ser disseminado com o advento do Programa Mundial de Emprego, criado em 1969 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), estando “situado no relatório da OIT sobre o Emprego e Renda no Kenya” (OIT, 1972; CACCIAMALI, 1983: 18). De acordo com o este, o setor informal delimita-se à ótica da produção, cujos estabelecimentos informais apresentam “a organização com pouco capital, com uso de técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho, e com pequeno número de trabalhadores, fossem

remunerados e/ou membros da família” (idem: 19). Esta abordagem adotada pela OIT parte da unidade produtiva, focando a sua forma de organização, mas não se aproxima da interpretação legalista do fenômeno, qual seja, o descumprimento das regulamentações sociais, e muito menos trata da questão do aspecto do trabalho.

Partindo do critério da organização da produção, são informais os trabalhadores das unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo, sendo que as unidades econômicas informais não são plenamente capitalistas por não terem a taxa de lucro como variável chave de seu funcionamento, e sim o rendimento total de seu dono (PAMPLONA e ROMEIRO, 2002).

Em seguida, surge a interpretação do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC), segundo o qual esse setor contém todas as atividades com baixa produtividade, empresas de pequeno porte ou não organizadas (responsáveis pela geração de poucos empregos) e trabalhadores independentes, à exceção dos profissionais liberais. Essas pequenas firmas são caracterizadas por uma constituição incipiente e baseiam-se em relações pré-capitalistas, onde se ocupa a maior parte do excedente da oferta de trabalho urbana, a fim de gerar seu emprego e sua renda.

Esta visão é conhecida também por estruturalista, pois argumenta que o excedente de mão-de-obra não empregado pelas unidades produtivas urbanas tomará a informalidade como uma estratégia residual para o desemprego. Dessa forma, o setor informal oferta empregos precários, instáveis, capacitado a gerar um baixo nível de rendimento para os seus empregados, e abrange microempresas, trabalhadores domésticos, por conta própria e até mesmo familiares não remunerados. Portanto, a idéia que se produz aqui é a da "dependência da expansão ou redução quantitativa do trabalho informal aos ciclos de expansão e contração do capital" (SOARES, 2008).

Ainda dentro dessa perspectiva, no Brasil, o IBGE segue essa perspectiva através da pesquisa ECINF – Economia Informal Urbana (1997, 2003), fruto da parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), concebendo que a economia informal compõem “todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias”;

A corrente legalista, por sua vez, entende por trabalho informal aquele que se baseia no assalariamento ilegal que se concretiza pela adoção de contratos atípicos de trabalho, da ruptura com o padrão contratual único, ou quase único, o contrato formal de trabalho, julga que “a economia informal, também chamada neste enfoque de economia subterrânea, seria um conjunto de atividades econômicas

não-registradas, não-declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas” (de Soto, 1987; Pamplona e Romeiro, 2002). Essa abordagem parte do "atendimento ou não das legislações fiscal, trabalhista e da previdência" (Soares, 2008).

Através da concepção keynesiana de *Welfare State*, o agigantamento das atividades e instituições governamentais tornou-se algo vital para a economia; atribuiu-se ao Estado diversas funções no sentido de garantir a demanda efetiva, evitando-se a vulnerabilidade a crises de superprodução. Esse procedimento requeria o aumento na arrecadação do governo para fazer frente aos gastos governamentais. Assim, a elevação da carga tributária era imprescindível, mas, por outro lado, onerava as empresas, fazendo com que estas recorressem a alternativas à organização formal e a economia informal atendia a esses propósitos.

É também do receituário keynesiano que parte a excessiva legislação trabalhista, que significa aumento dos custos do trabalho em função da rigidez de salários e dos altos encargos sociais para os capitalistas, ocasionando a migração de parte destes para o setor informal. Nessa posição teórica, defende-se a redução da carga tributária e a flexibilização das leis trabalhistas como pré-requisitos para a saída dos empreendimentos informais.

O critério legalista tem como malquista a contenção da forças de mercado pelas regulamentações do Estado e enxerga na informalidade uma resposta da sociedade contra a ingerência estatal na economia. Essa delimitação teórica prioriza a carteira de trabalho assinada como elemento fundamental para a situação legal dentro da categoria trabalho. Nesta linha de pensamento, Estenssoro posiciona-se da seguinte forma:

“Na verdade, o critério jurídico da *legalidade* das firmas perante o Estado identifica apenas dois tipos de mercado: o formal e o informal. Neste sentido, pode-se dizer que a carteira de trabalho assinada é um dos principais elementos que definem a participação em condições 'normais' dentro do mercado de trabalho formal. Com ela, o Estado reconhece a existência legal do empregado, e este passa a participar do código de direitos e deveres previstos na legislação trabalhista” (Estenssoro, 200-, p.--).

Ainda na corrente hegemônica, termos a abordagem da subordinação, para a qual, o setor informal agrega as formas de organização da produção que não têm como base o trabalho assalariado, compostas pela esfera da produção subordinada à expansão da produção capitalista a nível nacional e internacional (CACCIAMALI, 1983).

Define-se informalidade a partir das mudanças estruturais e de subordinação do setor informal ao processo de acumulação, sustentando a argumentação de que se origina do “processo de acumulação capitalista em nível mundial, seus aspectos espaciais e institucionais, as relações de subordinação que

são engendradas e suas especificidades nacionais e locais” (CACCIAMALI, 2000). O fenômeno sob análise é associado às transformações estruturais que têm como ponto de partida os processos de reestruturação produtiva da economia mundial, tratando a problemática de uma perspectiva mais dinâmica, em outras palavras, parte do pressuposto de que os mercados formais e informais interagem e se confundem.

“A economia informal é subordinada [entende-se, aqui, vinculada] pelo núcleo capitalista (economia formal), cujo crescimento é determinado pela dinâmica deste. A produção informal preenche os interstícios da produção capitalista (Pamplona e Romeiro, 2002). Ela se comporta como “uma parte subordinada ao processo de desenvolvimento capitalista que provoca a criação e destruição de suas ocupações de acordo com as etapas de desenvolvimento sócio-econômico de cada país, comunidade e/ou região” (SABADINI & NAKATANI, 2002).

A interpretação marxista de trabalho informal

Na tentativa de se alcançar uma definição mais fiel e condizente com o que venha a ser de fato o trabalho informal, contamos com a contribuição de alguns autores de inspiração marxista que partem não da unidade produtiva ou da forma de organização desta, mas sim das mais diferentes maneiras de inserção da força de trabalho no processo de produção de mercadorias e serviços. Para essa corrente de pensamento, o problema da informalidade é muito mais delicado do que aparenta, visto que se manifesta no mundo trabalho na qualidade de trabalho irregular, sendo um produto do próprio capitalismo, e, além disso, apresenta-se como uma contratendência à Lei da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro por funcionar como um meio de redução dos custos da força de trabalho.

“[...] Ao contrário do que possa parecer, o ‘trabalho informal’ é relativamente antigo, sendo identificado ainda nos primórdios da Revolução Industrial. Marx (1984) já indicava, em fins do século XIX, que a acumulação capitalista produz uma população trabalhadora relativamente supérflua ou subsidiária e que o número de trabalhadores ocupados está fortemente ligado às flutuações e à produção transitória da superpopulação, que assume a forma de expulsão dos trabalhadores ocupados [...]” (SABADINI & NAKATANI, 2002: 2).

Esses autores entendem que a população trabalhadora excedente que se avoluma nos países periféricos, a partir da década de 1970, são também resultado das relações entre o centro e a periferia, na qual o primeiro se beneficia das transferências de renda, via comércio internacional, extraídas do segundo, o que vem a ser uma das causas das altas taxas de desemprego e da segmentação do mercado de trabalho, observadas nas economias periféricas, que não são provenientes apenas do padrão tecnológico implantados por estas.

Seguindo esta linha de raciocínio, Tavares (2004) nos fornece sua idéia deste fenômeno e assim ela diz: “toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadoria, é trabalho informal” (idem: 49). E não pára por aí, pois alcança a compreensão de que a informalidade não é exterior à produção capitalista, mas, pelo contrário, é inerente a totalidade desta.

“[...] as atividades informais que se desenvolvem sem uma articulação direta com a produção capitalista, participam do movimento do capital e da renda gerada por ele, mas não do processo de acumulação capitalista [...] Contrapomo-nos à idéia de que as atividades informais em geral não estão orientadas à acumulação. Ora, o simples fato de serem informais não as exclui *a priori* da relação capital-trabalho. Estarem ou não orientadas à acumulação depende dos nexos que existam entre tais atividades e o capital” (ibid.: 139).

Na apreensão teórica da informalidade, Malaguti (2000) chama atenção para que se estabeleça uma clara distinção entre este conceito e o de setor informal, pois a informalidade é muito mais ampla, sendo que o setor informal expressa apenas um aspecto desta e isto se verifica quando atividades informais penetram os circuitos formais da economia. Dessa forma, ele afirma que

“[...] a formalidade penetra o ‘setor’ informal e o ‘setor’ informal nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um ‘setor’ sem o ‘outro’, parece-nos, na prática, inconcebível [...] a formalidade e a informalidade coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis” (idem.: 101).

Fazendo um paralelo com a realidade, a concepção de inspiração marxista é a mais adequada aos fatos, pois, ao contrário do que pensam os neoclássicos, a industrialização não resolveu o problema do desemprego, e indo de encontro à visão legalista, a redução da carga tributária e a flexibilização das legislação trabalhista não são soluções infalíveis para a redução do desemprego e da informalidade. Portanto, ao observar incoerências e dúvidas relacionadas à veracidade dessas idéias, concordamos com Soares (2008) quando argumenta:

“A questão [...] é: não será o trabalho informal o caminho encontrado pelas empresas capitalistas para redução dos custos com pessoal? Mais do que isso, não será ela um meio eficaz na extração de mais-valia absoluta? Não estarão as relações de trabalho, no mercado capitalista, aproximando-se mais da informalidade do que da formalidade?” (idem: 91).

O que se tem a frisar, nesse ponto, é que assim "como a dinâmica do desemprego acompanha o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho informal também avança com este" (ibid.: 99). O excedente de trabalhadores, representado pelos desempregados e subempregados, é fruto do progresso

histórico da acumulação capitalista; especialmente, neste período de globalização neoliberal, esta superpopulação supérflua torna-se conveniente às necessidades da reprodução do capital, ao mesmo em que assume proporções cada vez maiores, estando ela à margem ou inserida no próprio sistema capitalista.

Ao examinar esta discussão, Sabóia (1986) posiciona-se a favor da relação de dependência do setor informal ao formal. Ele observa que, enquanto exército de reserva, a população desempregada e os trabalhadores informais fornecem mão-de-obra necessária ao processo de acumulação do setor formal numa situação de crescimento econômico, enquanto que, num contexto de recessão, os trabalhadores outrora empregados pelo setor formal passam a compor a população de desempregados ou são recolhidos pelo setor informal.

O esteriótipo do trabalho informal não deve ser mais associado somente a empregos de baixa qualidade e de subsistência, representado por trabalhos de com pouca ou nenhuma qualificação - a velha informalidade -, mas tem de ser visto enquanto receptor dos mais diversos tipos de trabalho não formal, já que vem se observando um crescimento, no total de ocupações, dos trabalhadores por conta própria, categoria que compreende desde o ambulante, com baixa qualificação e baixo nível de rendimento, até o profissional liberal, com elevado grau de qualificação e alto rendimento.

III - O trabalho informal no moldes do padrão flexível de acumulação

O padrão de acumulação que surge no decorrer das três últimas décadas do século XX, enquanto novo estágio da acumulação capitalista, "se desenvolve no bojo de uma profunda crise de superprodução (Brenner, 1999) e é caracterizado por outros autores como sendo marcado pela 'produção destrutiva' (Mészáros, 1997) ou ainda pela 'acumulação flexível' (Harvey, 1993)" (Alves, 1999: 53). Aqui, é de particular interesse para este trabalho a idéia de David Harvey sobre o novo padrão de desenvolvimento do capitalismo.

A acumulação flexível e o trabalho informal

Em *Adeus ao trabalho?*, Antunes, ao desenvolver a discussão em torno das dimensões e significados das profundas transformações no mundo do trabalho a partir da década de 1980, cita a idéia síntese de Harvey sobre a acumulação flexível:

"[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]" (1997: 21).

Ao trabalhar as idéias e os pensamentos por trás da ligação entre as metamorfoses do mundo do trabalho e a nova etapa de acumulação do capitalismo mundial, Alves (1999) também usufrui desse conceito e nos fornece a sua interpretação de acumulação flexível que, juntamente com a mundialização do capital, implica na nova ofensiva do capital na produção.

"[...] um novo tipo de acumulação capitalista que se impõe, cada vez mais, às corporações transnacionais. Tal modo de acumulação decorre da necessidade de o capital reconstruir sua base de valorização, debilitada não apenas pelo desenvolvimento da III Revolução (que pressionou a lucratividade das corporações transnacionais através do aumento da composição orgânica do capital), mas também pela constituição do *Welfare State*, pelas barreiras à usurpação capitalista, erguidas no interior do próprio sistema produtor de mercadorias nos países capitalistas centrais durante o pós-II Guerra Mundial" (idem:79-80).

O marco histórico desse novo período da acumulação capitalista é a crise econômica dos anos de 1970, intensificada pelos choques do petróleo de 1973 e 1979, seguida pela adoção dos ideais liberais nos anos de 1980 que ressurgem diante da falência do *Welfare State*. Dessa forma, o capital liberta-se das amarras das relações sociais, leis e regulamentações, sendo guiado, agora, pelas políticas neoliberais de liberalização, desregulamentação e privatização, permitindo o triunfo do mercado, e pela reestruturação produtiva (ofensiva do capital na produção), que dá novos contornos à forma como ele se relaciona com a classe trabalhadora e as organizações sindicais.

Nos anos de 1980, "década neoliberal" (ibid.), verifica-se um novo patamar do desemprego estrutural e a proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas como resultados históricos da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho, revelando a nítida situação de debilitação do mundo do trabalho (ibid.: 81). Os mais diversos sistemas de trabalho alternativos, em condições de acumulação flexível, podem existir lado a lado, ocupando o mesmo espaço, permitindo aos empreendedores capitalistas a livre escolha entre eles. Neste cenário, assistiu-se à redução dos empregos em tempo completo e, em contrapartida, à ampliação dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc, isto é, ao aumento da subproletarização (Antunes, 1997). A expansão dessa subproletarização do trabalho deve-se, inclusive, à evolução do trabalho informal.

Especialmente na era da acumulação flexível, o trabalho informal se constitui numa estratégia funcional ao capital, ou seja, está vinculado à produção capitalista ao atender a necessidade de redução

dos custos variáveis de produção através da não obrigatoriedade dos custos sociais do emprego (Tavares, 2004). A expansão da informalidade das relações de trabalho e de produção do capital cumpre papel fundamental no processo de flexibilização das condições de produção, sobretudo da força de trabalho. "Nenhuma forma de trabalho pode ser mais flexível que o trabalho informal" (idem: 52).

As formas flexíveis e precárias de trabalho, provenientes do esgotamento do regime de acumulação fordista-keynesiano, no qual o Estado era o promotor do crescimento econômico, do investimento, e fomentador do emprego, são manifestações modernas da acumulação após a crise dos anos de 1970, ocasionando perdas dos benefícios sociais conquistados pelos trabalhadores no pós-guerra, o enfraquecimento das formas de organização da classe trabalhadora afirmada pelo *Welfare State* e o retardo do movimento sindical vigente na época.

As instituições financeiras internacionais, em defesa das medidas de flexibilização nas etapas produtivas e pautadas pela ideologia liberal, recomendam e apoiam o trabalho informal por ser ele mais adequado ao moderno mecanismo de acumulação: por um lado, assegura a taxa de lucro em um patamar atrativo para os capitalistas, por outro, abriga uma significativa parcela da superpopulação relativa e evita uma possível convulsão social (Soares, 2008).

Fica claro, com a exposição acima, que a evolução de formas de trabalho não estruturadas, reguladas e regulamentadas, tendo traços de precarização, subcontratação e subproletarização é muito natural, ao passo que vai ao encontro das necessidades e reivindicações do capital e do seu processo de acumulação. Feita esta colocação, a seguir, vamos estabelecer uma relação entre a trajetória da informalidade e a formação da população trabalhadora excedente enquanto lei populacional natural do progresso do modo capitalista de produção.

População trabalhadora excedente: a velha e a nova informalidade

A população trabalhadora excedente (constituída por todo trabalhador desempregado ou parcialmente empregado) é uma consequência natural no curso do desenvolvimento do sistema capitalista, logo, "a alavanca da acumulação capitalista", como também, "condição de existência do modo de produção capitalista" (Marx, 2008: 735). Para que a acumulação do capital se concretize, faz-se imprescindível tanto o crescimento do próprio capital quanto o reabastecimento automático e a manutenção do exército industrial de reserva. Marx defendia que

"... a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma *população trabalhadora supérflua* relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente" (ibid.: 733, grifo da autora).

Tomando como certo que essa superpopulação relativa é produto do sistema capitalista, aparecendo "ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação" (ibid.: 744), Marx a dividiu em três categorias que se apresentam continuamente: flutuante, latente e estagnada. A primeira refere-se à população de trabalhadores "que são admitidos, mesmo que em proporção decrescente em relação à escala de produção, e expulsos da indústria moderna" (Sabadini, 2002: 267). A segunda trata da parte dos trabalhadores rurais que migram para a área urbana e acabam por engrossar as fileiras do proletariado, formando uma população excedente sempre latente. A terceira forma tomada pela superpopulação relativa é aquela que "constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular" (ibid.: 746), utilizando uma terminologia mais moderna e atual, aquela composta por trabalhadores subproletarizados ou informais.

"Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência. Conhecemos já sua configuração principal, sob o nome de trabalho a domicílio. São continuamente recrutados para suas fileiras os que se tornam supérfluos na grande indústria e na agricultura, e notadamente nos ramos de atividade em decadência, nos quais o artesanato é destruído pela manufatura ou esta pela indústria mecânica. A superpopulação estagnada se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número dos trabalhadores supérfluos. Ela se reproduz e se perpetua, e é o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma participação relativamente maior que a dos demais componentes" (ibid.).

No trecho acima, Marx descreve, exatamente, as condições e características do que entendemos por velha informalidade, isto é, a que comporta trabalhadores subempregados, com ocupações precárias e mal remuneradas, no sentido de auferir sua sobrevivência e, por vezes, sua subsistência. Braudel nos fornece outros indícios da existência de atividades informais em tempos remotos do capitalismo. Ao tratar da França do século XVII, ele afirma: "Aumentam as reclamações contra os vendedores ambulantes, que são prejudiciais ao comércio, que vendem ilicitamente suas mercadorias e, por isso, são perseguidos pelas autoridades municipais" (1998 apud Kraychet, 1999; Soares, 2008: 47). Essa realidade é muito comum às grandes e médias cidades brasileiras e às de tantos outros países mundo afora e é, indiscutivelmente, trabalho informal. No entanto, a proposta aqui levantada é a de investigar aquilo que Tavares (2004) chama de nova informalidade.

Essa nova forma de trabalho informal que se potencializa e se adequa à lógica da acumulação capitalista, cujos pilares são as políticas neoliberais - liberalização comercial, desregulamentação do mercado financeiro e privatização - e a reestruturação produtiva - flexibilização da produção e da relações produtivas -, em que ambas asseguram a consecução do desenvolvimento do capitalismo conforme suas reivindicações, ora na forma de subcontratações, ora sob a aparência de terceirização,

ora como cooperativismo, entre outras, foi a que permitiu ao capital, mais uma vez, superar um momento de crise. Essa nova forma de exploração do trabalhador é executada sob às rédeas firmes do capitalista, em especial, na aparência da terceirização.

"A *terceirização* caracteriza-se pelo uso de uma empresa contratar, de outras empresas, produtos e serviços necessários para o seu processo de produção. As empresas contratantes, ou seja, as que estão terceirizando parte do processo de produção, vão implementar a redução dos custos provenientes da força de trabalho, por meio da exploração de *relações de trabalho precárias*, como, por exemplo, a *contratação de pequenas empresas e de cooperativas*; a *subcontratação de trabalhadores*, cujas atividades são desenvolvidas em domicílio; o trabalho por tempo parcial e o trabalho sem registro em carteira" (Soares, 2004b: 10, grifo da autora).

A manifestação da nova informalidade do trabalho no período pós-fordista é algo particular, pois não se restringe apenas aos setores desprotegidos/tradicionais da indústria e dos serviços, mas aparece, principalmente, nos setores organizados/modernos do capitalismo. A partir da globalização neoliberal, verifica-se, procedente da lógica do toyotismo, a ampliação de um complexo de pequenas empresas fornecedoras e subcontratadas que estão na órbita do grande capital, de corporações e conglomerados transnacionais (Alves, 1999).

Para efeito de ilustração dessa prática, tomemos o exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional dado por Malaguti (2000). Na década de 1960, a CSN implementou um plano de modernização tecnológica e de racionalização do seu sistema administrativo. Seu resultado imediato foi um radical processo de reclassificação dos trabalhadores, segmentando os funcionários: de um lado, os estratégicos, e, do outro, os periféricos, o que levou à demissão de vários operários do segundo grupo, que, no entanto, continuaram a trabalhar para a empresa na qualidade de subcontratados, terceirizados. Nesta situação, a Companhia se valeu da subcontratação de pequenas empresas que, em tese, arcariam com os custos trabalhistas dos centenas de operários que mesmo após a demissão continuavam a transitar no interior da empresa. Isto significa que "a CSN precisava diminuir, não a quantidade da força de trabalho, mas os *custos* da mão-de-obra" (Malaguti, 2000: 96).

O padrão de acumulação flexível traz consigo um novo e interessante conceito de informalidade, no qual o trabalho informal relaciona-se com o grande capital e a ele é funcional, mas também participa diretamente do seu movimento de reprodução e ampliação, é inerente à sua lógica. Na próxima seção, daremos início ao tratamento empírico do trabalho informal no Brasil, valendo-se, para tal fim, da análise do mercado de trabalho brasileiro no período neoliberal e dos dados de informalidade no pós-1980.

IV - Mercado de trabalho brasileiro no período neoliberal

No período que se inicia nos anos de 1930 e se estende até os de 1970, a trajetória do mercado de trabalho brasileiro é assinalada por uma nítida estruturação que se dava, de um lado, pelo aumento do emprego assalariado regular e, do outro, pela redução dos trabalhadores por conta própria, dos sem remuneração e do desemprego. Entretanto, a partir da década de 1980 até os anos de 1990, este mesmo mercado de trabalho segue por um caminho totalmente distinto de outrora: houve uma queda na geração de ocupações nos setores primário e secundário da economia, enquanto se observava um inchaço do setor terciário paralelo à elevação do desemprego e à intensificação do grau de precariedade do trabalho não regular. Era a desestruturação que se manifestava como fruto da interrupção do projeto de industrialização, do cenário de estagnação, das oscilações na economia e do contexto hiperinflacionário.

A década de 1980 foi marcada por três fases: a fase de recessão da economia (1981/83), a de recuperação (1984/86) e a de desaceleração (1987/89). De acordo com Pochmann (2002), entre 1980 e 1989, enquanto a taxa de crescimento média anual do Produto Interno Bruto foi de 2,25%, a do nível de emprego regular e regulamentado foi da ordem de 1,2%; descontando o período de recessão, esses resultados são elevados para 4,5% e 2,85% respectivamente. "De cada cem empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro" e, considerando que "as ocupações do segmento não-organizado cresceram a uma taxa média anual de 4,9%, o segmento organizado apresentou taxa média anual de variação de 2,7%" (idem: 73-74).

A conjuntura da economia brasileira neste período era desfavorável ao pleno desenvolvimento do seu mercado produtivo, pois, tamanha a queda e conseqüente permanência da taxa de investimentos, prevalecia a baixa capacidade de recomposição e ampliação do parque produtivo nacional; além disso, não se verificava o crescimento sustentado do PIB *per capita* e a economia do país achava-se profundamente emergida na instabilidade monetária. Em virtude desses acontecimentos, o mercado de trabalho, desde então, passa pelo processo de desestruturação. Mas é importante chamar a atenção para um detalhe: quando se registravam taxas positivas de crescimento no comportamento do PIB e dos investimentos, os indicadores do mercado de trabalho também seguiam essa trajetória, ao contrário do que ocorreu na década de 1990.

De 1980 a 1996, o PIB teve uma variação positiva acumulada de 41%, contudo a taxa do nível nacional de empregos formais caiu para 6,7% e a taxa de procura por emprego subiu para 77,3% nesse mesmo período. Analisando os dados de crescimento da economia e do mercado de trabalhado no

intervalo que compreende os dois subperíodos da década de 1990 – a recessão de 1990/1992 e a fase de recuperação em 1993/96 –, Pochmann mostra que, apesar do PIB apresentar uma taxa de crescimento médio anual de 1,9%, entre 1990 e 1997, o nível nacional de emprego regular e regulamentado tem uma variação negativa de 1,9%. Extraíndo o período de recessão, esse valores chegam a 4,0% e -0,5%, respectivamente (ibid.).

É com a implantação da reestruturação produtiva e a adoção das políticas neoliberais que a classe trabalhadora brasileira e suas representações sofrem o grande golpe, visto que, nesse momento, ocorre o aprofundamento da já conhecida desestruturação do mercado de trabalho acompanhado por um processo de desregulamentação das relações trabalhistas.

Tomando, como exemplo, a investigação dos resultados produzidos pela abertura comercial sobre o emprego entre 1990 e 1997, partindo da análise dos grandes agregados ou atividades no Brasil, Moreira e Najberg (1999) constataram que o impacto do comércio exterior no emprego foi negativo em quase todos os setores — agropecuária, extrativa e indústria de transformação —, com exceção do de serviços, no qual houve um crescimento no nível de emprego de 13,7% (1999: 480)². No intervalo de 1993 a 1997, "que coincide com o aprofundamento da abertura comercial, com a estabilização e com a recuperação da economia, a taxa de crescimento do emprego tem uma queda de 0,8% (no total)" (idem: 481).

"Junto com o desemprego e como produto de uma ampla desregulação do mercado de trabalho – efetivada na prática pelas empresas e por diversos instrumentos jurídicos emanados dos sucessivos governos –, veio um processo generalizado de precarização das condições de trabalho – formas de contratação instáveis que contornam ou burlam a legislação trabalhista, prolongamento da jornada de trabalho, redução de rendimentos e demais benefícios, flexibilização de direitos trabalhistas e ampliação da informalidade – tudo isso, enfraquecendo e deslocando mais ainda a ação sindical para um comportamento defensivo" (Filgueiras, 2006: 188).

Em razão do longo ciclo de estagnação iniciado nos anos de 1980 associado à abertura comercial e financeira nos anos de 1990, a classe trabalhadora brasileira e suas representações políticas enfraquecem diante da magnitude, agilidade e destreza do novo modelo de acumulação que penetrava na economia nacional, já instalado na grande maioria dos países em todo o mundo. Neste momento, o Brasil vivencia a expansão das atividades capitalistas, como também a ampliação do seu mercado de trabalho, só que agora segmentado em setor formal e setor informal; dentre estes, a informalidade apresenta significativas taxas de crescimento. A seguir, vamos avaliar, a partir de alguns estudos e

² Cabe aqui a ressalva de que os autores trabalham com o pressuposto de que os efeitos negativos que atingem o mercado de trabalho, após a adoção da liberalização commercial pelo país, resumem-se a um desemprego de curto prazo, não se configurando perdas significativas de postos de trabalho no longo prazo.

dados oficiais, o comportamento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, desde a década de 1980 até o século XXI.

A trajetória do trabalho informal no Brasil no período pós-1980

Anteriormente, descrevemos o ambiente econômico onde se deu a estagnação do crescimento dos postos de trabalhos formais (entende-se, aqui, aqueles amparados pela carteira de trabalho assinada) e a proliferação de formas de trabalho não regulamentadas, precárias, informais (refere-se aos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, por conta-própria e não-remunerados), etc. Nesta seção final, vamos trabalhar com alguns fatos ocorridos no mercado de trabalho, relacionando-os ao comportamento da informalidade desde os anos de 1980.

Antes disso, abrimos espaço para um raciocínio interessante sobre o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil, elaborado por Sabóia, com o intuito de enxergar as relações entre o formal e o informal. Na figura 01, está esquematizada a lógica do mercado de trabalho em uma economia como a brasileira. Segundo o esquema, a População Economicamente Ativa (PEA) comporta tanto os trabalhadores originários do setor formal e informal, quanto aqueles que se encontram desempregados, existindo deslocamentos de posição de ocupação entre estes dois setores e ainda entre estes e o desemprego, uma vez ser muito comum que um trabalhador possua, ao mesmo tempo, um emprego formal e outro informal, na intenção de incrementar o seu rendimento e, a depender da fase do ciclo econômico, verifica-se a transição dos trabalhadores do setor informal e dos desempregados para o setor formal da economia (crescimento econômico), como também a passagem, por vezes transitória, da condição de empregados formais e informais para a de desemprego (bem característico da recessão econômica).

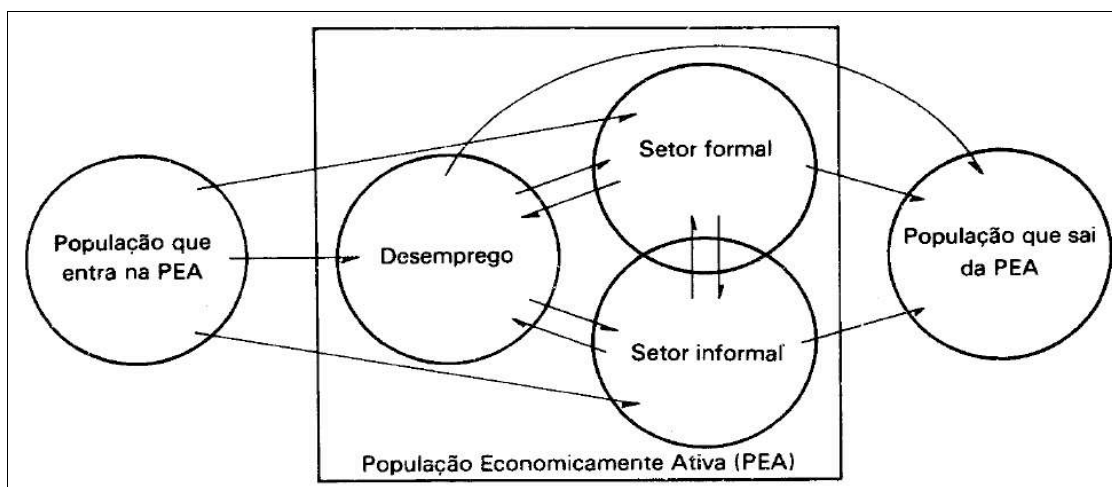


Figura 01 - Esquema de Funcionamento do Mercado de Trabalho

Fonte: Sabóia, 1986.

Ainda temos de se acrescentar ao funcionamento deste mercado o fluxo contínuo de entrada e saída, no qual as entradas correspondem ao ingresso dos trabalhadores jovens, ou mesmo, de pessoas que, por qualquer motivo, resolvem procurar trabalho, ao passo que as saídas são, em sua grande parte, de trabalhadores velhos, seja por motivo de morte, seja pela aposentadoria ou, inclusive, por desistirem de trabalhar.

Partindo para a análise da trajetória do trabalho informal no Brasil pós-1980, tendo como base os dados da tabela 01 elaborados por Cardoso Jr. e Fernandes (2000), percebemos a expansão/retração tanto do núcleo estruturado como do núcleo pouco estruturado da economia³. No primeiro intervalo observado, de 1981 a 1985, fase marcada por uma forte recessão - as taxas de crescimento real médio do PIB e do PIB *per capita* foram, respectivamente, 1,4% e -4,2% -, verificamos uma expansão de 16,6% do trabalho informal no período e de 3,3% ao ano, em detrimento do trabalho formal que cresceu 14,7% no período e 2,9% ao ano. Já na fase de recuperação da economia (1986/89) - onde o PIB apresenta um crescimento médio real de 3,5% e o PIB *per capita* de 16,4% -, há uma certa estabilidade do emprego formal (11,8% no período e 2,9%) devido, principalmente, aos funcionários públicos civis e militares que cresceram 20,3% no período e 5,1% ao ano, diante das ocupações informais que apresentaram um aumento menos significativo (3,9% no período e 1,0% ao ano).

No intervalo de 1990 a 1993, o movimento das ocupações corresponde à fase recessiva: o PIB cresce apenas 0,3 e o PIB *per capita* tem a tímida expansão de 0,6%; os núcleos estruturado e pouco

³ Entende-se por núcleo estruturado aquele composto pelos trabalhadores com carteira de trabalho assinada e pelos militares e funcionários públicos estatutários e, do outro lado, o núcleo pouco estruturado reunindo os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, os por conta própria e os não-remunerados.

estruturado têm um comportamento cíclico padrão, pois as ocupações formais apresentam taxas negativas (4,8% no período e 1,2% ao ano) e as informais taxas positivas de crescimento (14,6% no período e 3,6% ao ano). Mas é na fase de estabilização e crescimento da economia - em que o PIB cresce à taxa positiva de 3,3% e o PIB *per capita* em 11,3% - que surge algo novo: entre 1995 e 1998, não ocorre a retomada do crescimento do núcleo estruturado, como havia acontecido há 10 anos. Pelo contrário, as ocupações tipicamente formais se expandem apenas em 1,5% no período e 0,4% ao ano e o núcleo pouco estruturado praticamente não apresenta crescimento no período (0,2%) por conta da queda de 13,1% na expansão de não-remunerados, ao mesmo tempo em que os empregados sem carteira assinada têm uma expansão de 3,6% e os conta-própria de 2,2% no período.

Desde 1981 até 1998, fica evidente a evolução das formas de ocupações informais, período em que o núcleo pouco estruturado da economia tem um crescimento de 49,5% e de 2,8% ao ano e, paralelamente, o núcleo estruturado cresce 38,4% no período e 2,1%, apresentando resultados menos significativos para o mercado de trabalho. Ao longo desses 23 anos, o comportamento do emprego no Brasil ora foi consistente com os movimentos cíclicos da economia (recessão e recuperação), ora foi totalmente díspar (1995/1998). Durante esse período, o crescimento da economia foi da ordem de 2,1%, enquanto o PIB *per capita* cresceu apenas 5,7%.

Tabela 01
Taxas de Variação do Pessoal Ocupado por Posição na Ocupação.
Brasil - 1981/98

Posição na Ocupação	Subperíodos Selecionados						
	1981/85	1986/89	1990/93	1995/98	1981/89	1990/98	1981/98
Com Carteira	13,2	10,8	-10,3	2,2	35,2	-5,8	25,3
Funcionário Púb. Civil e Militar	29,6	20,3	36,8	-1,6	63,5	51,7	168,5
Subtotal: Núcleo Estruturado	14,7	11,8	-4,8	1,5	37,8	1,0	38,4
Sem Carteira	19,4	1,5	17,0	3,6	23,1	23,3	53,8
Conta Própria	16,3	3,6	6,2	2,2	24,5	18,2	57,0
Não-remunerado	10,8	12,0	30,1	-13,1	1,9	11,7	22,2
Subtotal: Núcleo Pouco Estruturado	16,6	3,9	14,3	0,2	19,9	19,3	49,5
Empregador	16,8	35,6	-13,9	4,3	74,6	3,6	99,6
Total	15,8	8,3	4,9	0,9	29,0	10,8	46,6

Taxas Médias de Cresc. Por Ano	1981/85	1986/89	1990/93	1995/98	1981/89	1990/98	1981/98
Com Carteira	2,6	2,7	-2,6	0,5	3,9	-0,6	1,4
Funcionário Púb. Civil e Militar	5,9	5,1	9,2	-0,4	7,1	5,7	9,4
Subtotal: Núcleo Estruturado	2,9	2,9	-1,2	0,4	4,2	0,1	2,1
Sem Carteira	3,9	0,4	4,2	0,9	2,6	2,6	3,0
Conta Própria	3,3	0,9	1,5	0,6	2,7	2,0	3,2
Não-remunerado	2,2	3,0	7,5	-3,3	0,2	1,3	1,2
Subtotal: Núcleo Pouco Estruturado	3,3	1,0	3,6	0,0	2,2	2,1	2,8
Empregador	3,4	8,9	-3,5	1,1	8,3	0,4	5,5
Total	3,2	2,1	1,2	0,2	3,2	1,2	2,6

Cenário Macroeconômico	1981/85	1986/89	1990/93	1995/98	1981/89	1990/98	1981/98
Tx. Cresc. Real Médio PIB	1,4	3,5	0,3	3,3	2,3	2,0	2,1
Tx. Cresc. Real Médio PIB per capita	-4,2	16,4	0,6	11,3	5,0	6,5	5,7

Fonte: PNAD's 1981/98 e *Conjuntura Econômica* (FGV), vários números. Elaboração a partir Cardoso Jr. e Fernandes (2000).

Investigando a evolução da informalidade no mercado de trabalho metropolitano brasileiro, entre 1991 e 2001, Ramos (2002) partiu da análise da ligação entre o crescimento da informalidade e as mudanças na composição setorial do emprego - dando destaque para a indústria de transformação e para o segmento de serviços - e verificou tanto a coexistência de um processo de reestruturação

produtiva da indústria de transformação e da expansão do setor de serviços, por conta, principalmente, da estratégia de terceirização, quanto uma expansão do grau de informalidade.

Entre 1991 e 1996, "o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47% no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME. De meados de 1996 até 1997, o grau de informalidade subiu para 48%, retomando o fôlego nos próximos dois anos, chegando, nos últimos meses de 1999, a 50%, e, no início de 2000, a 51%, estabilizando-se em torno dos 50% em 2001. No intervalo de 1991 a 2001, houve uma geração líquida de 2,11 milhões postos de trabalho, ao mesmo tempo que o número de ocupações informais cresceu 2,43 milhões. O "setor de serviços abrigou 1,84 milhão de trabalhadores a mais que em 1991, e cerca de 60% — 1,12 milhão — através de vínculos informais", enquanto a indústria de transformação sofreu redução de 0,58 milhão no nível de ocupação total em relação a 1991, e, por outro lado, foi responsável por 0,27 milhão de vínculos informais (idem: 7).

Tafner (2006) também constatou o aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro ao longo de toda a década de 1990, estendendo a sua observação até 2004, considerando que a evolução de empregos informais teve sua origem nas grandes cidades. De acordo com este autor, tomando a razão entre trabalhadores sem e com carteira assinada e o total de ocupados no período de 1992 a 2004, nota-se, referente à informalidade do trabalho, um crescimento de 36% nas áreas metropolitanas do país. Outra constatação interessante de Tafner é que o aumento do grau de informalidade se deu nos grupos mais protegidos (nas empresas maiores, entre os trabalhadores mais instruídos e qualificados e nas regiões metropolitanas) por conta da combinação da abertura comercial com a apreciação cambial que afetou a indústria manufatureira no período.

Agora, vamos examinar o período mais recente do mercado de trabalho brasileiro, adotando o método de cálculo da informalidade já indicado por Cardoso Jr. e Fernandes (2000), mas, para tanto, dividimos o período analisado em dois superperíodos: de 1999 a 2003 - o qual compreende a adoção do Sistema de Metas, tendo em vista o controle inflacionário, a Crise Argentina (externa), a Crise Energética (interna), além da mudança na gestão da política nacional, que gerou incertezas sobre as ações do governo no desenvolvimento das políticas fiscal e monetária, elevando, assim, o risco país, e a desvalorização da taxa de câmbio - e de 2004 a 2007, intervalo no qual a economia do país passa a experimentar a recuperação de seu quadro, registrando um aumento no seu crescimento e também reduções nas taxas de juros e de inflação.

No primeiro subperíodo (1999/03), percebe-se que as ocupações informais tiveram uma variação relativa de 20,1% (devido, principalmente, à variação de 22,1% dos trabalhadores com

carteira de trabalho assinada), ao passo que as informais registraram uma variação de apenas 6,0% (o que se deu por conta da variação negativa de 15,2% dos não-remunerados). O cenário macroeconômico deste subperíodo não era o dos melhores, pois o crescimento médio do PIB foi de apenas 1,9% diante da taxa de elevação de 8,2% do desemprego, ao lado do crescimento médio de 18,8% da taxa de juros do mercado e da expansão da inflação em 8,9%.

Tabela 02
Variação Absoluta e Relativa dos Ocupados por Posição na Ocupação.
Brasil - 1999/07

Posição na Ocupação	Subperíodos Selecionados					
	1999/03		2004/07		1999/07	
	Abs.*	%	Abs.*	%	Abs.*	%
Total	8.487	11,8	6.190	7,3	19.110	26,7
Empregados	6.795	18,5	5.383	11,5	15.277	41,5
Com Carteira	4.341	22,1	4.497	17,5	10.540	53,6
Funcionários Púb. Civis e Militares	562	11,9	627	11,3	1.465	31,0
Subtotal: Ocupações Fomais⁽¹⁾	4.903	20,1	5.124	16,4	12.005	49,2
Sem Carteira	1.896	15,3	261	1,7	3.279	26,4
Conta Própria	1.268	7,6	638	3,4	2.571	15,5
Não-remunerado	-1.012	-15,2	-572	-9,7	-1.366	-20,5
Subtotal: Ocupações Informais⁽²⁾	2.152	6,0	327	0,8	4.484	12,5
Empregador	441	15,1	-68	-2,0	489	16,8
Cenário Macroeconômico	1999/03		2004/07		1999/07	
Tx. Cresc. Real Médio PIB	1,9		4,6		3,1	
Tx. Cresc. Médio do Desemprego⁽³⁾	8,2		9,5		8,8	
Tx. Juros SELIC	18,8		15,0		17,1	
Tx. Inflação	8,9		5,2		7,3	

Fonte: PNAD's 1999/07, Banco Central do Brasil, FGV e Ipeadata. Elaboração própria.

* em milhares.

(1) O somatório dos empregados com carteira de trabalho assinada e dos funcionários públicos civis e militares.

(2) O somatório dos empregados sem carteira de trabalho assinada, os conta-própria e os não-remunerados.

(3) Não existe informação para o ano de 2001.

Ao longo de 2004 a 2007, os indicadores macroeconômicos já dão indícios da recuperação da economia brasileira: o PIB cresce, em média, 4,6%, embora a taxa de crescimento médio do desemprego apresenta uma leva piora (9,5%), há uma queda na elevação média da taxa de juros (15%) e o crescimento médio da taxa de inflação cai para 5,2%. Apesar deste contexto favorável, a variação relativa do nível de ocupação formal no mercado de trabalho foi teve uma redução para 16,4% e houve

uma inexpressiva variação relativa no total de ocupações informais (0,8%), onde se verifica a baixa variação dos trabalhadores sem carteira assinada (1,7%) e dos conta-própria (3,4%) associada à variação negativa dos sem-remuneração (de 9,7%). Observa-se que a variação relativa do total das ocupações foi menor (7,3%) que a do subperíodo anterior (11,8%) - resultado consistente com a taxa de desemprego -, sinalizando um movimento da população ocupada para o rol da desocupada. Ao que tudo indica, o quadro da informalidade no mercado de trabalho brasileiro não evoluiu, o que não nos habilita afirmar que houve uma redução do trabalho informal no Brasil. Como mostra o gráfico abaixo, os empregos informais sofreram uma estagnação na sua evolução, acompanhando o comportamento do desemprego, ao longo de 2001 até 2007, enquanto os empregos formais apresentaram uma leve recuperação na sua trajetória.

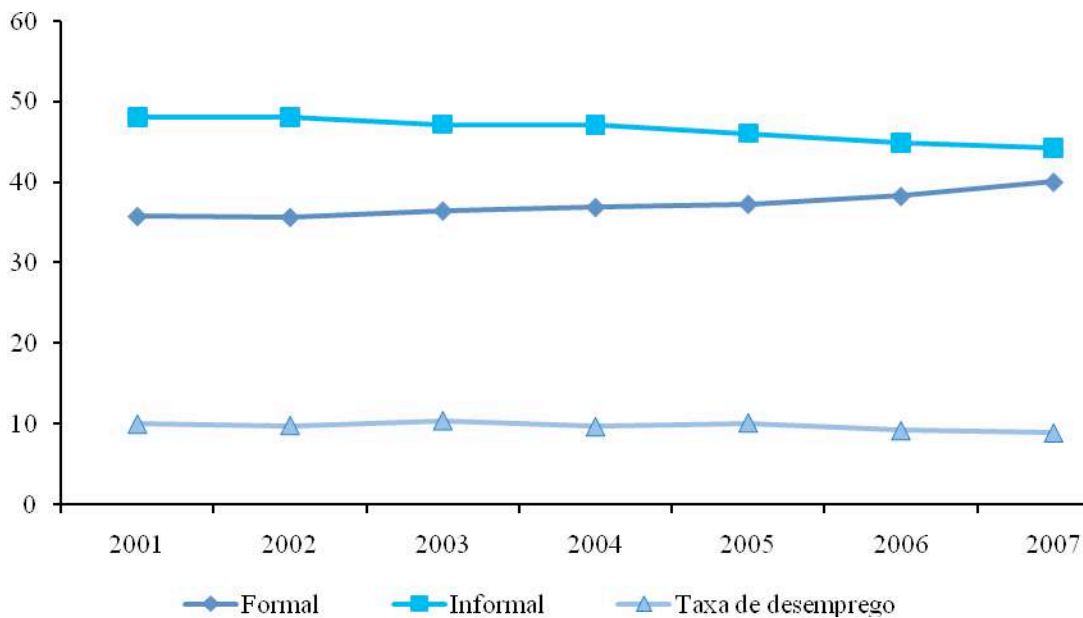


Figura 2 - A Evolução da Taxa de Desemprego, do Trabalho Formal e do Trabalho Informal no Brasil - 2001/2007

Fonte: PNAD's e Ipeadata. Elaboração da autora

Entre 1999 e 2007, o crescimento médio da taxa de desemprego no país foi de 8,8%, enquanto a variação relativa das ocupações formais foi de 49,2% e o do trabalho informal de 12,5%, ou seja, na média, a trajetória da informalidade sofreu uma certa redução, porém, mantendo-se acima do emprego formal. De acordo com o gráfico acima, a partir de 2001 a 2007, o desemprego apresenta um comportamento estável e os empregos formais e informais convergem para um mesmo patamar.

V - Conclusão

Durante todo o desenvolvimento deste trabalho, o que se tentou fazer foi torna claro que no decorrer de dos últimos 30 anos, assistimos à expansão de formas de trabalho não estruturadas, reguladas e regulamentadas, com traços de precarização, subcontratação e subproletarização como um acontecimento natural que atende aos pressupostos construídos pela acumulação flexível, ao passo que vai ao encontro das necessidades e reivindicações do capitalismo contemporâneo e do seu processo produção. A caricatura do trabalho informal não deve mais corresponder somente ao trabalho de baixa qualidade e de subsistência, representado por pouca ou nenhuma qualificação do trabalhador - a velha informalidade. Este tipo de trabalho flexível tem de ser enxergado como o receptáculo mais diversos tipos de trabalho não formal, já que vem se observando um crescimento, no total de ocupações, dos trabalhadores por conta própria, categoria que compreende desde o ambulante, com baixa qualificação e baixo nível de rendimento, até o profissional liberal, com elevado grau de qualificação e alto rendimento.

A acumulação flexível traz à tona a velha lei populacional do capitalismo. A superpopulação relativa supérflua, da qual fazem parte os trabalhadores informais que estão parcialmente empregados no sistema de produção capitalista, de forma irregular, é produto e condição do desenvolvimento deste modo produção social. O padrão flexível de acumulação traz consigo um novo conceito de informalidade, no qual o trabalho informal relaciona-se com o grande capital e a ele é funcional, mas também participa diretamente do seu movimento de reprodução e ampliação.

Gostaríamos de chamar a atenção para uma constatação. Muitos pesquisadores tratam o desemprego como o maior problema do mundo do trabalho, no entanto, ao pensarem desta forma, acabam por ignorar outra questão igualmente importante, a qualidade dos novos postos de trabalho. Especialmente nos últimos anos, assiste-se à ampliação de formas de trabalho alternativas ao trabalho formal (onde predominam relações capitalistas de produção, com a separação entre o capital e o trabalho, o assalariamento apresenta-se como padrão de remuneração e o nível de emprego depende diretamente do nível de produção [Sabóia, 1986]) -, como resposta às reivindicações do processo de acumulação imposto pelo grande capital, o flexível. Diante desta realidade, é de extrema importância que essa discussão esteja tão presente nos círculos acadêmicos e políticos quanto o está o debate em torno do desemprego estrutural.

Não se tem a pretensão de que o conceito aqui adotado para trabalho informal esteja na sua formulação final. Pelo contrário, com este primeiro esforço, foi possível desenvolver a percepção da

insuficiência que ainda persiste no tocante à definição de trabalho informal. Outra preocupação que daqui surgiu é que, no momento de se construir uma análise empírica desse fenômeno no mercado de trabalho brasileiro, verifica-se a imprecisão dos dados disponíveis, que representam uma pequena parte do que venha a ser de fato a informalidade no mundo do trabalho. Estas são as considerações finais deste estudo que quer se somar a discussão que se avoluma e se qualifica cada vez mais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFIA

CACCIAMALI, M. C. *O Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção*. Tese de Doutorado. Série Ensaios Econômicos. São Paulo: IPE, 1983.

_____. *Globalização e processo de informalidade*. In: *Economia e Sociedade*. Campinas (SP), UNICAMP, n.14, pp. 153-174, junho de 2000.

_____. *(Pré-) Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes*. Comentários ao artigo. *Econômica (Niterói)*, v. 9, p. 145-168, 2007.

ESTENSSORO, L. *Abordagens Teóricas sobre o Trabalho Informal e a Economia Informal*. Prêmio IPEA 2006. Brasília, DF: IPEA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Economia Informal Urbana – ECINF 2003*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 mar. 2006.

Malaguti, M. L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salarizados*. Vitória: EDUFES, 2000.

MOREIRA, M. M. & NAJBERG, S. *O Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997*. In: GIAMBIAGI, F. & MOREIRA, M. M. *A Economia Brasileira nos Anos 90*. 1 ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

RAMOS, L. *A Evolução da Informalidade no Brasil Metropolitano: 1991-2001*. IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 914).

SOARES, M. A. T. *Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.

TAFNER, P. *Instituições Trabalhistas e Desempenho do Mercado de Trabalho no Brasil*. In: Brasil: O Estado de uma Nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.